

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.459.428 - SP (2019/0056926-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FERNANDA LUZIA GAYÃO FREIRE E OUTRO(S) - SP329159
AGRAVADO : EDUARDO LARA CAMPOS
AGRAVADO : JAIR DE SOUZA CABRAL
AGRAVADO : MATILDE NAVARRO DE SOUZA
AGRAVADO : JOSE NORIVAL AUGUSTI
AGRAVADO : LAZARO JONAS SIMOES DE ALMEIDA
AGRAVADO : MARIA JOSE ELIAS
AGRAVADO : PAULO RODRIGUES VIANNA
AGRAVADO : REGINA ELISABETE PERY DA CUNHA
AGRAVADO : RODOLPHO KELLER JUNIOR
AGRAVADO : VITORIA RAVARA
AGRAVADO : WILSON MASSIMILIANO ANTONANGELO
AGRAVADO : IRACY MISSON GODOY
AGRAVADO : ENEDINO JOSE SANTANA
AGRAVADO : THEREZA THOMASETO DOS SANTOS
AGRAVADO : EULALIA MARTINS DA SILVA
AGRAVADO : LUIZ FLEURY CORREA
AGRAVADO : MOACYR DE ARRUDA OLIVEIRA
AGRAVADO : SERAFIM FERREIRA DOS SANTOS
AGRAVADO : ANTONIO FERREIRA
AGRAVADO : JOSE PASQUALE COMICHIORI
AGRAVADO : PRINCIPINI UMBERTO COMMCHIOLLI
AGRAVADO : DOMINGOS CORABI
AGRAVADO : JOÃO BARBOSA
AGRAVADO : JOAQUIM BATISTA
AGRAVADO : PEDRO GIGLIO
AGRAVADO : RUBENS PEREIRA
AGRAVADO : LÚCIA GUILHERMINA BIAZOLI ALVES DOS SANTOS
AGRAVADO : FRANCISCO VALVERDE
AGRAVADO : MARIA MONTANARO GARCIA RIBEIRO
AGRAVADO : OSWALDO GARCIA
ADVOGADO : JEFFERSON FRANCISCO ALVES E OUTRO(S) - SP098284
INTERES. : MARILURDES MISSON GODOY
INTERES. : ANTONIO MISSON GODOY
INTERES. : JOAO LUIZ MISSON GODOY
INTERES. : LUCIA HELENA BIAZOLI ALVES DOS SANTOS PACHECO
INTERES. : JOAO ROBERTO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
INTERES. : JOAO PAULO ALVES DOS SANTOS
INTERES. : LUCIA MARIA ALVES DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA
INTERES. : JOAO CARLOS ALVES DOS SANTOS

ADVOGADO : JEFFERSON FRANCISCO ALVES E OUTRO(S) - SP098284

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **Fazenda do Estado de São Paulo** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto, com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1.527):

Processual civil. Agravo de instrumento. Rejeição de impugnação em ação ordinária em fase de execução. Intimação para juntada de cópia integral do processo de conhecimento (CPC, art. 1.071, § 3º). Não atendimento. Recurso não conhecido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 1.651/1.653).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 1.017, I do CPC/2015. Afirma que o agravo de instrumento foi adequadamente instruído e que *"todas as peças obrigatórias exigidas em lei (art. 1.017, inciso I do CPC) para a compreensão da questão foram juntadas no momento da interposição do Agravo, inclusive cópia da própria decisão agravada, com a respectiva certidão de intimação/publicação. Além disso, como os documentos exigidos possuem conteúdo decisório, eles estão todos disponíveis no próprio site do Tribunal de Justiça, inclusive por força da Resolução 121/2010 do CNJ. No caso em análise, o agravo de instrumento foi adequadamente instruído, observando o artigo 1.017 do CPC, de acordo com a interpretação dada pela doutrina e jurisprudência. Os documentos relativos às peças obrigatórias foram devidamente juntados, o que satisfaz o requisito formal do agravo de instrumento."* (fl. 1.659).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O inconformismo não prospera.

Colhe-se do aresto estadual a seguinte fundamentação (fls. 1.528/1.529):

Instada inúmeras vezes ao cumprimento da obrigação de fazer quanto a todos os agravados, houve posterior requerimento de citação da agravante nos termos do artigo 730, do CPC/73, deferida a fls. 1.516 (fls. 1.047 dos autos de origem).

Posto o julgado em execução, a agravante ofereceu impugnação

para suster prescrição da pretensão executiva (fls. 183/189), ao que a D. Juíza decidiu:

Não obstante o trânsito em julgado da sentença tenha ocorrido em 25/05/1987 (fls. 212), não foi possível iniciar a execução da obrigação de pagar, pois esta dependia do cumprimento da obrigação de fazer, no caso, o apostilamento da gratificação correspondente ao "regime de dedicação exclusiva" sobre adicionais por tempo de serviço e sexta-parte. Sem o correto cumprimento da obrigação de fazer, impossível aos autores formularem cálculos de liquidação das diferenças decorrentes do apostilamento.

E cabia exclusivamente à executada promover o cumprimento da obrigação de fazer e fornecer os dados necessários à conta de liquidação das diferenças havidas em razão do apostilamento. Porém, a executada protelou por anos seguidos o cumprimento da obrigação de fazer, ainda que os exequentes insistentemente cobrassem essa providência. Com relação às autoras Iracy Misson Godoy e Thereza Tomaseto dos Santos, somente em 14 de junho de 2010 a executada juntou aos autos os documentos comprobatórios da obrigação de fazer (fls. 1072/1086). Por sua vez, os exequentes somente foram intimados pela imprensa acerca da juntada dessas informações em 28/03/2011 (fls. 1088) em razão de atraso imputável apenas ao Poder Judiciário. A prescrição intercorrente da obrigação de pagar com relação às mencionadas autoras, portanto, iniciou-se a partir da data da publicação da decisão que lhes deu ciência acerca do cumprimento da obrigação de fazer. Em 20/10/2011 as autoras requereram a citação da FESP para pagamento (fls. 1094), ato que se efetivou em 17/02/2012 (fls. 1109).

Diante de inúmeras ocorrências de indisponibilidade de todos os volumes dos autos para carga, houve devolução de prazo para a FESP apresentar embargos (fls. 1265).

Equivocadamente, foi requerida e determinada nova citação da Fazenda, agora nos termos do art. 534 do CPC. Não obstante tal irregularidade, importa que finalmente foi apresentada impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, não tendo havido desídia, inércia ou negligência dos exequentes que pudessem configurar a ocorrência da prescrição. Do contrário, o que se viu foi um protelamento inaceitável da executada tanto em cumprir a obrigação de fazer quando em acatar as demais determinações judiciais neste feito, de modo que a única parte que não pode ser punida é a exequente. Uma vez que não houve oposição da executada com relação ao valor da execução ou quanto aos cálculos, acolho a conta de fls. 1342 no valor de R\$86.083,89 para 30/10/2011. Ante o exposto, REJEITO a impugnação e condeno a impugnante no pagamento de honorários de sucumbência que arbitro em 10% sobre o valor deste cumprimento de sentença (fls. 198/201), contra o que vem

a insurgência recursal.

Ao recepcionar este recurso determinei à agravante, a termo do artigo 1.071, § 3º, do Código de Processo Civil, juntada de cópia integral dos autos do processo de conhecimento, vez que impossibilitada a intelecção da disputa ante o requerimento e deferimento de citação dela nos moldes do artigo 730 do CPC/73, em agosto de 2000 (fls. 114/115) e instauração de cumprimento de sentença em 19/11/13 (fls. 205).

Não trazidas as cópias relativas ao 5º volume - fls. 938/1.168-, concedi prazo suplementar a tanto, por imprescindível à intelecção da disputa por abarcar o requerimento e deferimento de citação da agravante nos moldes do artigo 730 do CPC/73 (fls. 114/115) e atos posteriores (fls. 1.284).

A agravante trouxe, então, cópia de fls. 938 a 1.055 do processo de conhecimento (aqui fls. 1287/1526), duplicadas a fls. 1527/1524, com supressão das páginas 1.056 a 1.168 (6º volume iniciado a fls. 1.169 daqueles, aqui fls. 1.063) daqueles, em manifesto descumprimento do comando judicial.

E tais cópias, suprimidas, abarcam o cumprimento da obrigação de fazer e atos posteriores relativos às coautoras exequentes, Thereza Thomaseto dos Santos e Iracy Misson Godoy, consoante se colhe da r. decisão recorrida, a demonstrar irregularidade na formação do instrumento, impediendo a análise do mérito recursal.

Nesse contexto, a desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator